

AQUISIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PARA A BIBLIOTECA DO IFSC CÂMPUS CHAPECÓ: MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Adrian de Canes Garcia¹

Marina Moreira²

RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo de caso cuja finalidade é mapear as dificuldades encontradas nos processos de aquisição de materiais bibliográficos destinados a biblioteca do IFSC Câmpus Chapecó, identificando a classificação desses materiais e suas possíveis relações com o conceito mínimo de qualidade conferido pelo MEC. Buscou-se elencar elementos que auxiliem na realização dos processos de compras de materiais bibliográficos realizados por esse Câmpus. Para a coleta de dados em campo, utilizou-se de questionários, encaminhados aos servidores da instituição responsáveis pelas compras dos materiais bibliográficos. Como resultados, verificou-se que a instituição possui o fluxograma descrito e padronizado, porém setorizado, e que a classificação dos materiais bibliográficos em permanentes influi neste processo de compra. Dessa forma, conclui-se que a alteração da classificação do material bibliográfico, bem como a utilização do método BiblioGrad pode contribuir para melhoria do conceito do IFSC junto ao MEC.

Palavras-chave: Materiais bibliográficos. Gestão por processos. Compras.

1 INTRODUÇÃO

A revisão de procedimentos e atividades cotidianas no intuito de tornar a organização eficiente é um campo estratégico de ação dos gestores, sobretudo dos Gestores Públicos que devem à sociedade ou aos contribuintes responsabilidade na utilização de recursos. No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), as instituições de ensino, entre as quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), buscam a excelência na prestação de serviços, isto é, proporcionar o melhor ensino e/ou qualificação profissional possíveis, conforme afirmam Savedra e Legramanti (2020, p. 2) “além de gratuita, de qualidade, para garantir, efetivamente, o atendimento das necessidades dos educandos.”

Nessa busca pela excelência, as instituições de ensino superior (IES) passam por avaliação do Ministério da Educação (MEC), obtendo conceitos progressivos que variam de 1

¹ Aluno de Pós-Graduação Especialização em Gestão Pública na EPT pelo IFSC. E-mail: adriancanes@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Atualmente bolsista CAPES. E-mail: marynnah_moreira@hotmail.com.

a 5, conforme a qualidade verificada nos diversos critérios ou dimensões avaliáveis. Um dos critérios que o MEC leva em consideração para conceituar as IES refere-se a estrutura das bibliotecas e os acervos disponíveis. As compras públicas realizadas pelas bibliotecas dessas instituições impactam sobremaneira nessa questão, pois determinam quais materiais bibliográficos estarão disponíveis para os acadêmicos, bem como consomem recursos que, se não utilizados racionalmente, podem prejudicar o desenvolvimento e renovação do acervo, ou ainda, outros investimentos, tal como o mobiliário.

Verifica-se no Relatório de Avaliação para Recredenciamento EaD (BRASIL, 2016) que o IFSC recebeu conceito 3 na Dimensão 7, onde os critérios avaliados são Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, denotando que a instituição ainda não alcançou o padrão de excelência neste tópico.

A aquisição de materiais bibliográficos é um processo de gestão relativamente complexo. No IFSC, é multicampi, engloba várias fases em diferentes setores da instituição e depende de fatores como a classificação da biblioteca (IFSC, 2020a). Mesmo fazendo parte de uma instituição pública, não se classifica como biblioteca pública, o que determina a classificação do bem (material bibliográfico) como permanente, o que, por sua vez, influencia no tipo ou fonte de recurso financeiro utilizado na operação.

Este trabalho trata-se de um estudo de caso cujo objetivo é analisar e propor melhorias para o processo de aquisição de materiais bibliográficos para a Biblioteca do IFSC Câmpus Chapecó, assim como identificar, no Setor de Compras, possíveis falhas no processo de aquisição desses materiais, e identificar, no Setor de Biblioteca, também possíveis falhas no processo de aquisição e classificação dos acervos, bem como propor melhorias no processo analisado. É uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório, por meio de revisão documental e bibliográfica, com a qual se espera contribuir para o aperfeiçoamento dos processos analisados e, por conseguinte, auxiliar os gestores na tomada de decisão que vise à melhoria do conceito atribuído pelo MEC à instituição, no âmbito do objeto deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A biblioteca, desde os tempos mais remotos aos dias atuais, representa uma importante ferramenta para a conservação e preservação do conhecimento acumulado pelos homens ao longo dos anos. Sua trajetória é tão longínqua quanto a do livro, e assim como esse, sofreu diversas mudanças até obter a configuração que temos hoje. Essas transformações

acompanharam a modernização e as descobertas da humanidade ao longo dos anos. O livro que nasceu da argila, transitou para o papiro, progrediu para o pergaminho, modificou-se com o papel, foi encadernado, e que hoje está disponível nos meios digitais, é um exemplo de que homens e mulheres necessitam atualizar sempre seu modo de armazenar o conhecimento.

Ainda que exista toda a facilidade de acesso à informação e ao conhecimento nos dias contemporâneos, ele, por si só, não garante as questões da qualidade dessas informações e conhecimentos. Houve uma época em que o rádio e a televisão eram os principais meios de divulgação de informações. Portanto, para a maioria das pessoas, a leitura se torna "desnecessária". Como nos ressalta Milanesi (2013, p. 45)

Enquanto na Inglaterra a televisão desenvolveu-se sobre quatrocentos anos de cultura letrada, universidade e bibliotecas, nos países menos desenvolvidos, toda sofisticação tecnológica impôs-se com o seu conteúdo sobre uma população analfabeta ou semiletrada. Antes de chegar ao quadro negro, as crianças e mesmo os adultos estacionavam em frente à tela do televisor.

Embora a televisão e o rádio tenham adentrado milhares de residências em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, a biblioteca ainda fornecia subsídios para atender às necessidades de quem a buscava. Assim como diversas instituições que estão presentes há milênios na sociedade, a biblioteca se reconfigura e se atualiza para atender as demandas sociais. Se antes esse espaço era constituído como um depósito do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, hoje ela se fundamenta como um espaço gerador de conhecimentos novos, pois, de acordo com a afirmação de Cruz (2015, p.7) “são importantes fontes de informações para estudos, para elaboração de trabalhos escolares, adquirir conhecimentos e para ajudar no processo de tomada de decisão de caráter social.”.

Evidenciar a importância da biblioteca escolar não é uma tarefa simples, uma vez que, sua constituição não parte apenas do pressuposto da existência de um espaço físico. É necessário, portanto, que ela se estruture em quatro dimensões: intencionalidade pedagógica; acervo de qualidade, tanto físico quanto digital; espaço físico adequado e, por último, seus usuários. É na interação entre essas quatro dimensões que ocorre o favorecimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, as bibliotecas são importantes instrumentos para garantir a qualidade da educação ofertada nas instituições onde está presente. Para tanto, é necessário que todas as suas dimensões estejam em pleno funcionamento, e de acordo com os requisitos exigidos para se atingir essa qualidade.

Com tais características, este trabalho irá discorrer, como afirmado anteriormente, sobre uma dessas dimensões: o acervo. Logo, é necessário refletir sobre essa dimensão nos mais variados aspectos. Não possuímos, entretanto, o objetivo de analisar o acervo em si, mas seu processo de aquisição, e deste modo, Pereira e Barcelos (2018, p.4) afirmam que:

Quando se concretiza a contínua atualização de um projeto pedagógico do curso, há de se considerar a renovação e/ou atualização da bibliografia indicada nas unidades curriculares, sendo necessárias novas compras para que o acervo bibliográfico esteja em conformidade com os requisitos para manutenção de um determinado curso.

Compreendendo a importância da aquisição contínua dos materiais bibliográficos para as instituições de ensino, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) utiliza um método para a avaliação dos acervos, considerando os critérios estabelecidos pelo MEC, estabelecendo, assim, diretrizes para distribuição das verbas públicas, destinadas às bibliotecas. Elaborado por Strehl et al (2010), esse método denominado BiblioGrad é alimentado pelas informações que constam nos PPCs dos cursos, com a finalidade de:

- a) verificar a disponibilidade de cada um dos títulos nos acervos;
- b) identificar a demanda potencial por títulos específicos a ser atendida pelas diversas bibliotecas;
- c) diagnosticar a situação dos acervos de livros para graduação do SBU;
- d) subsidiar a tomada de decisões sobre a distribuição dos recursos entre as bibliotecas de forma proporcional às carências de acervo identificadas;
- e) oferecer às bibliotecas do SBU um instrumento para seleção dos livros a serem adquiridos** (STREHL et al, 2010, p. 106, grifos nossos).

Com a utilização desse método, o Sistema de Bibliotecas da Universidade (SBU) consegue realizar a previsão da demanda de todas as bibliotecas do sistema, se tornando assim, um excelente instrumento para a gestão dos recursos.

2.1 Biblioteca de EPT: Conceituação e sua importância no âmbito institucional

Para que o ensino e aprendizagem sejam eficazes são necessárias inúmeras ferramentas, dentre as quais se destaca o acesso ou a disponibilização da informação, sobretudo na conjuntura atual de demanda informacional em demasia. Nesse sentido, as bibliotecas são fontes de informações, auxiliam na execução de trabalhos e efetivação da tríade ensino, pesquisa e extensão. Guardam em seus acervos informações sociais registradas em livros,

periódicos, jornais, monografias e socializam e ou difundem o conhecimento por meio da leitura (CRUZ, 2015).

A Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Chapecó surgiu conjuntamente à instituição e desempenha papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem dos cursos ofertados. A origem do IFSC pode ser relacionada à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT, ou simplesmente EPT). Com a publicação da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede EPT, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC) foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). A Rede de EPT unificou-se e transformou, quase na totalidade, os vários CEFET, Escolas Técnicas Federais e Vinculadas às Universidades Federais que oferecem ensino técnico e tecnológico no país em Câmpus dos diferentes Institutos (PACHECO, 2010). O art. 2º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) define o IFSC, assim como os demais Institutos Federais:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Para a adequada prestação de serviços, ou seja, para atingir a grande missão de oferecer Educação Profissional e Tecnológica desde a Formação Continuada, passando pelo Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), até a Pós-Graduação tanto lato-sensu quanto stricto-sensu, o IFSC dispõe de Bibliotecas que são, conforme define o Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas: “constituídas por diferentes suportes de informação e formam acervos específicos: I. Acervo geral; II. Acervo de multimeios; III. Acervo de referência; IV. Acervo especial; V. Acervo de periódicos; VI. Acervo eletrônico; VII. Acervo de monografias” (IFSC, 2011, p. 3). Ainda de acordo com o Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas:

Art. 3º - As Bibliotecas têm por finalidade:

I. Oferecer acesso informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC, desenvolvendo serviços e produtos que possibilitem satisfazer as necessidades informacionais de seus usuários.

II. Disponibilizar fontes de informação atualizadas e em diferentes suportes, que sirvam como apoio para as atividades acadêmicas e científicas, visando contribuir para o desenvolvimento profissional do cidadão colaborando dessa forma, para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade. (IFSC, 2011, p. 1)

Dessa forma, a Biblioteca do Câmpus Chapecó encontra-se, na estrutura organizacional, vinculada à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e classifica-se como biblioteca mista, sendo parte escolar e parte universitária. Salienta-se que a nomenclatura e classificação quanto à tipologia das bibliotecas dos IF não é, de acordo com Santos, Gracioso e Amaral (2018), pacífica, e, à luz dos mesmos autores (2018, p.29):

Cabe ressaltar que as bibliotecas dos Institutos Federais, por atenderem a um público distribuído em diferentes níveis de ensino, recebem uma demanda informacional que somada ao compromisso social da instituição, não permite que elas se enquadrem perfeitamente nos conceitos de tipologias de bibliotecas já estabelecidos na literatura, identificados como: biblioteca escolar, universitária, especializada, pública e comunitária.

Sobrevém que a classificação do tipo de biblioteca implica na classificação do livro como material permanente ou de consumo. Em consonância com a Lei N° 10.753 de 30 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), classificam-se os livros de bibliotecas públicas como material de consumo, e, por conseguinte, como material permanente nas demais bibliotecas, dentre as quais incluem-se as de instituições educacionais. Mesmo que não haja um entendimento comum entre os profissionais de biblioteconomia e ciências da informação quanto a nomenclatura e tipologia das bibliotecas dos IF, presume-se que a classificação do material bibliográfico seja semelhante nas instituições, pois resulta de concepção legal.

2.2 Gestão por Processos: conceituação e relação com o tema

Todas as empresas e/ou organizações desenvolvem atividades que podem ser mais ou menos complexas envolvendo a realização de tarefas no intuito de alcançar objetivos, quais sejam a produção de bens ou a oferta e realização de serviços. Estas atividades podem ser compreendidas como os processos organizacionais e de acordo com o Manual de Gestão por Processos do Ministério Público Federal, entende-se por processo:

[...] um conjunto ordenado de atividades de trabalho, no tempo e espaço, com início e fim, além de entradas e saídas bem definidas. Têm como objetivo gerar resultados para a organização e podem estar em diferentes níveis de detalhamento, sendo comumente relacionados às áreas gerenciais, finalísticas e de apoio (BRASIL, 2013a, p. 13-14).

Como afirmam Savedra e Legramanti (2020, p. 4) “[...] a gestão de processos é fundamental para que qualquer organização responda satisfatoriamente às demandas de seus

clientes/usuários, agregando valor aos serviços e tornando a organização mais eficiente de modo gerencial”. Atualmente, as organizações públicas e privadas preocupam-se em adequar seus processos de modo que se possa atingir os resultados esperados, consumindo o mínimo possível de insumos e tempo (ROCHA; TITO; TITO, 2015). Os administradores dessas organizações, entre os quais os Gestores Públicos, buscam, portanto, ideais de eficiência e eficácia. Segundo Jacobsen (2014, p. 22) “Administrar com eficácia significa atingir os objetivos planejados. Já, agir com eficiência implica em alcançar os objetivos dentro dos menores custos, no que se refere ao uso dos recursos”. Na Gestão Pública, a busca pela eficiência e eficácia relaciona-se a um dos princípios constitucionais previstos no Artigo 37 da Carta Magna (BRASIL, 1988), a eficiência. Assim, os órgãos públicos brasileiros devem buscar adequar suas atividades, isto é, seus processos, gerando economicidade e melhora na prestação de serviços.

Segundo Chiavenato (1983), a preocupação em tornar mais eficiente as organizações têm como origem as organizações militares e religiosas do século XVIII, acentuando-se a partir da revolução industrial com as contribuições dos engenheiros Taylor e Fayol. Na época, a preocupação era “aumentar a eficiência da indústria através, inicialmente, da racionalização do trabalho do operário” e “através da sua organização e da aplicação de princípios gerais da Administração em bases científicas.” (CHIAVENATO, 1983, p. 62).

A Gestão por Processos é justamente uma sistemática em que se analisam as atividades cotidianas no sentido de identificar falhas e a partir disso propor melhorias. De acordo com Manual de gestão por processos do MPF (BRASIL, 2013a, p. 13), “A abordagem por processos permite melhor especificação do trabalho realizado, o desenvolvimento de sistemas, a gestão do conhecimento, o redesenho e a melhoria, por meio da análise do trabalho realizado de modo a identificar oportunidades de aperfeiçoamento”. Para que a gestão de processos seja realmente eficiente, é necessário visualizar o todo, tendo em vista que esse processo se propaga por diversos setores dentro da Instituição, sendo necessário, portanto, sua sistematização e supervisão frequente.

No que tange às bibliotecas de EPT, especialmente a do Câmpus Chapecó, e ao escopo deste trabalho, e considerando o contexto em que se inserem estas bibliotecas, o processo de aquisição e classificação de materiais bibliográficos foi o processo/atividade que se analisou, no intuito de identificar as possíveis falhas e propor melhorias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um dos aspectos importantes do desenho metodológico está no modo como procede-se para reunir as informações e sua respectiva análise. Assim, essa pesquisa inscreve-se na abordagem qualitativa, já que “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (SILVA; MENEZES, 2001, p.20). Na visão de Flick (2009, p.47), nessa abordagem, “estamos em busca de casos fundamentais em função da experiência, do conhecimento, da prática, etc., que queremos estudar”.

Quanto aos objetivos, esse estudo é de cunho exploratório. Segundo Gil (2002, p.41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, essa pesquisa assume o caráter bibliográfico, pois “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44), bem como documental, uma vez que “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico [...]” (GIL, 2002, p.45), tratando-se ainda de um estudo de caso, visto que “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (GIL, 2002, p.54).

Este estudo foi constituído em diferentes etapas. Para iniciar, realizamos levantamento de dados bibliográficos através de uma revisão sistemática de literatura sobre o tema na base de dados do Repositório Institucional do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, 2020b). Realizada no mês de outubro de 2020, e utilizando os descritores “compras” e “material bibliográfico”, sem a delimitação de datas, encontramos, respectivamente, 22 e 3 trabalhos. Desses, após a leitura dos títulos e dos resumos, foram filtrados apenas 2 estudos que condizem com as expectativas dessa busca, conforme demonstrado no Quadro 1, que relaciona esses dois trabalhos.

Quadro 1 - Artigos encontrados na revisão sistemática de literatura

Título do estudo	Autores
O acervo bibliográfico do Instituto Federal de Santa Catarina: o alvo dos cortes públicos	Andressa Cassias Pereira e Bartholomeo Oliveira Barcelos
Mapeamento de processos de compras: aperfeiçoamento e ajustes para possibilitar o envolvimento de áreas finalísticas na gestão de compras e materiais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC	Vivian Chaplin Ganzo Savedra, Greice Paula Heinen Legramanti

Os trabalhos encontrados apresentam elementos importantes para a compreensão desse objeto de estudo, bem como conceituação do processo de compras, e a classificação dos materiais bibliográficos da instituição outrora mencionada. Através da leitura dos textos encontrados, constatamos as lacunas existentes entre eles para que pudéssemos elaborar nossa pergunta de pesquisa.

3.1 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, fez-se uso de duas modalidades, sendo elas o levantamento documental e a aplicação de questionários, definidos como “instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201). Os questionários foram encaminhados para dois setores diferentes dentro da instituição, com o intuito de preencher todas as lacunas possíveis, e com a finalidade de mapear todo o processo de compras de materiais bibliográficos destinados à biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina, no Câmpus Chapecó. O primeiro questionário foi enviado para o setor de compras, e o segundo, enviado para o setor de biblioteca. A escolha desses servidores é justificada pelas suas participações nos processos de compras de materiais bibliográficos do IFSC, com tempo de experiência nos cargos entre 7 meses a 10 anos.

Partindo da hipótese de que cada Câmpus realiza seus processos de compras, os questionários foram enviados apenas para o Câmpus Chapecó. Contudo, ao realizar as análises dos materiais coletados, obteve-se a informação de que a compra dos materiais bibliográficos, não ocorre por Câmpus, mas sim, de maneira coletiva envolvendo todos os Câmpus, além da Reitoria que é responsável pela montagem do processo de compra e realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP). Dessa forma, responderam conjuntamente ao questionário enviado ao Setor de Compras de Chapecó, o Departamento de compras da Reitoria, o Departamento de Administração e Manutenção (DAM) e o Setor de Patrimônio ambos do Câmpus Chapecó.

4 RESULTADOS DE PESQUISA

Este estudo partiu da hipótese de que o Câmpus Chapecó não possuía o processo de aquisição de materiais bibliográficos padronizados, pois nas buscas preliminares, tanto nos documentos da instituição, quanto em pesquisas acadêmicas, esses dados não foram encontrados. Entretanto, ao realizar a coleta de dados junto aos servidores, os processos foram identificados como já estando mapeados, contudo de forma fragmentada.

Com tais características, através da coleta de dados, utilizando os questionários, mapeou-se o processo de compras dos materiais bibliográficos que compõem os acervos da biblioteca do Câmpus Chapecó, identificando, portanto, que este é um processo que envolve diversos setores, de forma multicampi, tendo por responsável pela autorização a Reitoria. Na sequência, temos a Figura 1, que ilustra essa intersetorialidade do processo de compra de materiais bibliográficos.

Figura 1 - Processo de Compra de Materiais Bibliográficos

Processo de compras: Materiais Bibliográficos



Fonte: elaborado pelos autores utilizando dados da pesquisa (2020).

Como é possível observar, a aquisição dos materiais bibliográficos se inicia a partir da demanda de cada curso. Vale ressaltar que, segundo dados da pesquisa, as bibliotecas possuem caixinhas de sugestões, onde os discentes podem sugerir obras para o acervo. Após ser realizado o levantamento dos títulos, as coordenações enviam essa lista para o Departamento de Ensino

Pesquisa e Extensão (DEPE), que por sua vez, encaminha memorando para o Chefe do Departamento de Administração e Manutenção (DAM), solicitando o empenho. A chefia do DAM verifica os orçamentos e encaminha para o contador, que possui a função de averiguar a regularidade do fornecedor, certificando-se de que todas as certidões negativas estão em dia. Outrossim, prosseguindo com o processo, é realizado o empenho, e encaminhado para a autorização da Reitoria. A Pró-reitoria de Administração emite despacho favorável, autorizando a contratação, e devolve para o Câmpus. Segundo Kanayama (2016), o empenho é o primeiro passo para a execução das despesas públicas, e representa um compromisso do Estado com esse orçamento, oferecendo também uma forma de controle dos gastos públicos.

Após esse primeiro processo para a realização da autorização do empenho, um segundo processo, aliado ao anterior, se faz necessário para o fornecimento dos materiais, apresentado na Figura 2, que retrata imagetivamente esse processo. O processo inicia com o requisitante do material preenchendo a planilha com os títulos solicitados e encaminhando-a para a Coordenadoria de Registro de Preços do Câmpus. Na sequência, essa coordenadoria verifica os dados disponíveis na planilha, padronizando-a, e a envia para a contratada. A empresa contratada, após receber a planilha de títulos, tem uma série de ações a serem tomadas. Inicialmente, realiza cotação com editoras/distribuidoras, preenchendo a planilha com as informações de preço obtidas, onde discrimina o “valor de capa” ou “preço de tabela” dos materiais além do preço proposto, já com o desconto aplicado. Também faz a classificação dos materiais em nacionais, importados e indisponíveis. Após, retornar a planilha para a Coordenadoria de Registros de Preços, sob o nome de *cotação prévia*, juntamente aos comprovantes das editoras/distribuidoras para os itens classificados como indisponíveis.

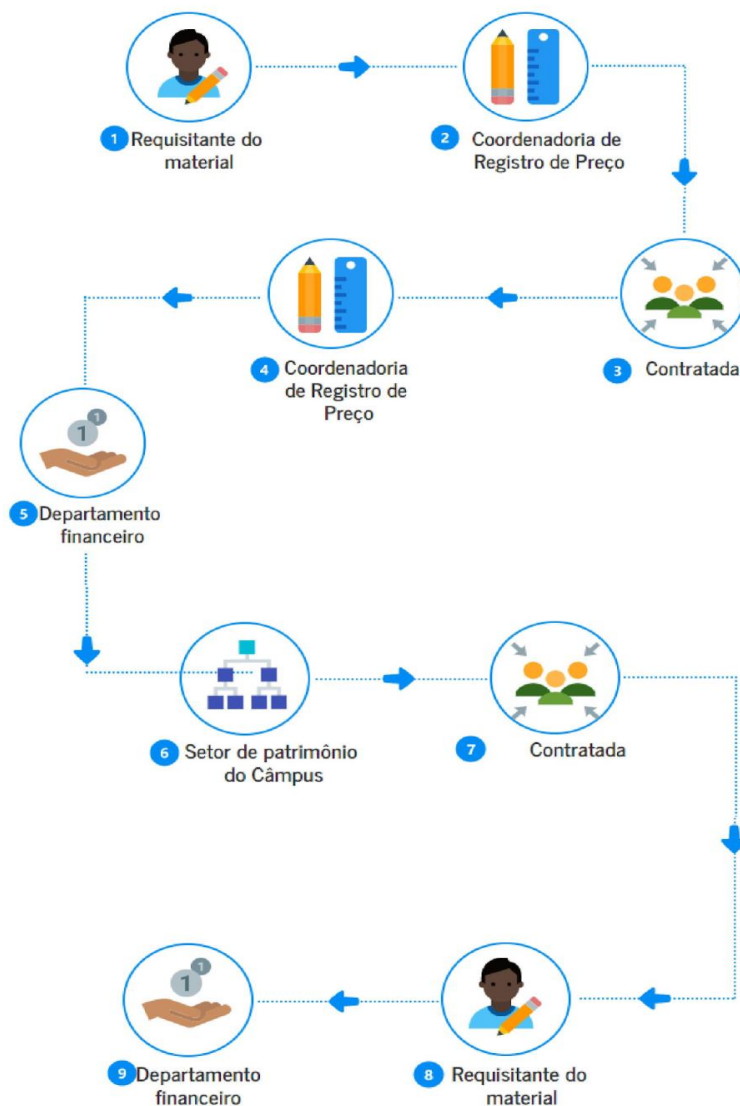
Ao receber a *cotação prévia*, a Coordenadoria confere a correta aplicação do desconto, confere os comprovantes dos itens classificados como indisponíveis, retorna a lista de materiais indisponíveis para o Requisitante do Material e estrutura a solicitação de empenho, que, em seguida, é emitido pelo Departamento Financeiro. Então, o Setor de Patrimônio do Câmpus emite a *autorização de fornecimento (AF)* separando os itens em nacionais e importados, e as envia para a Contratada, que, ao receber as AFs e os empenhos, fatura e entrega os títulos no local designado, bem como entrega também a comprovação dos “valores de capa” ou “valores de tabela” para conferência.

Após todos os trâmites anteriores, o requisitante recebe os materiais e efetua a conferência dos mesmos em relação à AF e aos comprovantes de “valor de capa” ou “valor de tabela”, encaminhando a(s) nota(s) fiscal(is) para o Departamento Financeiro que, por fim,

realiza o pagamento.

Figura 2 - Processo de Fornecimento de materiais bibliográficos

Fornecimento de Material Bibliográfico



FONTE: elaborado pelos autores utilizando dados da pesquisa (2020).

Vale salientar que o processo de compras dos materiais bibliográficos ocorre pelo Sistema de Registro de Preços definido pelo o art. 2º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 como “conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras” (BRASIL, 2013b). Segundo Fernandes

(2004, p.27), o

Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial de licitação, que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão [...] selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração.

Ainda de acordo com os dados da pesquisa, o Câmpus Chapecó não possui Coordenadoria de Registro de Preços, logo, suas funções, explícitas na figura, são atribuídas ao Departamento de Ensino e à própria Biblioteca.

Verificou-se que o processo de aquisição de materiais bibliográficos para a Biblioteca do Câmpus Chapecó, mesmo passando por vários setores, é padronizado, e que, conforme informado pela própria Bibliotecária no questionário que lhe foi aplicado, está disponível no Sistema de Bibliotecas Integradas (SiBi) do Instituto. Também se constatou que a aquisição é feita de forma conjunta pela Reitoria para os Câmpus.

Observa-se que no Relatório de Avaliação para Recredenciamento EaD, realizado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2016, p. 17), o IFSC alcançou o referencial mínimo de qualidade sugerido, ou seja, conceito três na Dimensão 7, que se refere à Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. De acordo com o relatório, “As salas de aula, **biblioteca**, auditórios, laboratórios de uso geral e específicos nos cursos ofertados estão com equipamentos e em perfeito funcionamento, e em **quantidade suficiente**, [...]” (BRASIL, 2016, grifos nossos). Deve-se entender o termo suficiente como aquilo que ultrapassa o nível mínimo de aprovação, mas que ainda não atingiu a plenitude, uma vez que, de acordo com o *Instrumento de Cursos de graduação: presencial e a distância*, o conceito de nível 3 representa um extrato BOM, entre os extratos que se classificam em RUIM, REGULAR, BOM, MUITO BOM e EXCELENTE. Ou seja, essa dimensão avaliada ainda não atingiu o extrato de excelência, logo, numa escala percentual, representa entre 50% a 75% dos padrões de qualidade requisitados (BRASIL, 2017).

A servidora entrevistada da biblioteca declarou que o Câmpus Chapecó possui o acervo mínimo para o funcionamento dos cursos, e que a classificação do material bibliográfico como material permanente interfere na sua aquisição, pois os recursos financeiros disponíveis dividem-se para compra dos demais materiais permanentes, como mobília e computadores. Conjugando a declaração às informações extraídas do relatório supracitado, infere-se que a instituição precisa preocupar-se em aumentar seu acervo.

5 PROPOSIÇÕES DE MELHORIA

Com vistas aos resultados que essa pesquisa obteve, algumas proposições de melhorias são sugeridas, a fim de aperfeiçoar ainda mais o processo de compras de materiais bibliográficos, pelo IFSC, em especial pelo Câmpus de Chapecó.

Para facilitar o aumento do acervo sugere-se a mudança da classificação do material bibliográfico de material permanente para material de consumo, sendo possível, dessa forma, utilizar recursos que, conforme salienta Pereira e Barcelos (2018), sofreram menos com os cortes de gastos governamentais recentes. Entretanto, para que tal alteração seja possível, é necessária alteração legislativa, pois o material bibliográfico de bibliotecas escolares e universitárias, como é o caso da Biblioteca do Câmpus Chapecó, é classificado como material permanente por força do art. 18 da Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). Neste sentido, pode-se propor aos representantes da Câmara de Deputados a elaboração de Projeto de Lei que revise a Lei 10.753 de 2003.

Para que ocorra a alteração legislativa, a população pode seguir por dois caminhos: por sugestão no banco de ideias ou por intermédio de um Projeto de Lei de iniciativa popular. No primeiro caso, o mecanismo está presente no item Fale Conosco do site da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2020), onde é possível inserir um texto de até três mil caracteres explicando a proposta que pode ser apresentada por algum deputado. No segundo caso, a Constituição Federal em seu Art. 61 §2 traz:

A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988).

Sugere-se, ainda, que a Instituição faça uso do BiblioGrad, que se constitui como um método que pode ser utilizado para auxiliar na administração dos recursos destinados à bibliotecas em Rede, como é o caso das bibliotecas IFSC. Detalhamento do método pode ser encontrado em Strehl et al (2010).

É importante salientar que todos os departamentos envolvidos no processo de compra desses materiais devem vislumbrar o processo como um todo, e não de forma fragmentada, pois para melhor compreensão e gestão de um processo, não basta conhecê-lo de forma pontual, é fundamental que se alcance uma visão do todo, percebendo a estrutura organizacional que

interage nas diferentes fases do sistema. Nesse sentido, após exame dos procedimentos e atividades identificados por meio dos instrumentos de coleta de dados, revisão bibliográfica e documental, ilustraram-se os processos que permitem a visão sistêmica da chegada dos livros às estantes da biblioteca.

6 CONCLUSÕES

Este estudo teve por objetivo mapear as dificuldades encontradas nos processos de aquisição de materiais bibliográficos destinados à biblioteca do IFSC Câmpus Chapecó, identificando a classificação desses materiais e suas possíveis relações com o conceito mínimo de qualidade conferido pelo MEC. Não se evidenciaram falhas na aquisição de materiais bibliográficos no câmpus Chapecó, tendo em vista que a instituição já possui este processo padronizado. Entretanto, como o IFSC atende apenas aos requisitos mínimos de qualidade, ou seja, ainda não adquiriu caráter de excelência nas questões relativas à disponibilização dos materiais bibliográficos, propõem-se alternativas para a melhora do conceito alcançado pelo IFSC em 2016.

A alteração da classificação do material bibliográfico para bem de consumo permitiria a utilização de recursos que sofreram menos com os cortes de gastos governamentais recentes. Pode-se sugerir a algum representante da Câmara de Deputados a elaboração de Projeto de Lei que revise a Lei 10.753 de 2003, tornando possíveis as mudanças sugeridas.

Também se propõe a utilização do método BiblioGrad, na gestão de recursos para aquisição dos materiais bibliográficos em bibliotecas em rede, tornando mais eficaz e eficiente a gestão dos recursos.

Por fim, destaca-se a importância de se discutir processos nas instituições públicas, subsidiando os gestores públicos no desafio de tomada de decisões que impactam na sociedade. Além de oferecer serviços de qualidade, gerir adequadamente os recursos é uma necessidade e dever do setor público para com os contribuintes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 26 out. 2020

_____. Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013. **Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm#art29, Acesso em 07 nov. 2020.

_____. Procuradoria Geral da República. Secretaria Jurídica e de Documentação. **Manual de gestão por processos / Secretaria Jurídica e de Documentação / Escritório de Processos Organizacionais do MPF.** - Brasília: MPF/PGR, 2013b.

_____. MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Avaliação para Recredenciamento EaD.** 2016. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/23508/55391/relatorio_avaliacao_ead.pdf/b72bd173-602e-c8e9-32c3-a34bfd523569 Acesso em: 08 nov. 2020.

_____. MEC/INEP. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância.** Brasília, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf, Acesso em 09 nov. 2020.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sugira um Projeto.** 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/participacao/sugira-um-projeto>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 3ª Edição. S. Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRUZ, Irailde da. **A Biblioteca como espaço de leitura e transformação social: Um estudo na Biblioteca Popular Municipal da Tijuca Marques Rebelo.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense. 48f.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão.** 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

FLICK, Uwe. **Desenho na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Resolução CEPE/IFSC nº 165, de 25 de outubro de 2011.** Estabelece o Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Santa Catarina. 2011. Disponível em:
http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/resolucao_ cepe_165_2011_2.pdf, Acesso em: 08 out 2020.

_____. **Pregão Eletrônico. Registro de Preços. N°23/2020.** Objeto Aquisição de materiais de permanente - acervo bibliográfico para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC. 2020a.

_____. **Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.** 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/> Acesso em: 16 nov. 2020.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Introdução à administração.** 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2014.

KANAYAMA, Rodrigo Luís. **Orçamento Público – Execução da Despesa Pública, Transparência e Responsabilidade Fiscal.** São Paulo: Editora Lumen Juris, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** 3 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010.

PEREIRA, Andressa Cassias; BARCELOS, Bartholomeu Oliveira. **O acervo bibliográfico do Instituto Federal de Santa Catarina: o alvo dos cortes públicos.** TCC (Especialização em Gestão Pública na EPT) – IFSC. Florianópolis, 2018.

ROCHA, Daniela Torres; TITO, Marcos de Toledo; TITO, Máira. A gestão por processos na administração pública. **Revista de Direito Público da Procuradoria-Geral do Município de Londrina.** v. 4, n. 1: 2015. Disponível em: <http://www.aprolon.com.br/pkp/ojs/index.php/rdp-pgmlondrina/article/view/85> Acesso em out. 2020.

SANTOS, Maria Aparecida Brito; GRACIOSO, Luciana de Souza; AMARAL, Roniberto Morato do. As bibliotecas dos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** v. 14, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em:
<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/668>, Acesso em: 08 out. 2020.

SAVEDRA, Vivian Chaplin Ganzo; LEGRAMANTI, Greice Paula Heinen. **Mapeamento de processos de compras:** aperfeiçoamento e ajustes para possibilitar o envolvimento de áreas finalísticas na gestão de compras e materiais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. TCC (Especialização em Gestão Públicas na EPT) – IFSC. Florianópolis, 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2001. 138 p. Disponível em:
<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a->

edicao.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

STREHL, Leticia *et al.* O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v.39, n. 3, p. 105-115, dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 nov. 2020.